



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

CFJ - Centro de Formação
Jurídica

Abertura de concurso para a selecção de formador de tradutores jurídicos

Instituição de Acolhimento: Centro de Formação Jurídica

Financiamento: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

Vaga: 1

Duração do Contrato: 2 meses

Local: República Democrática de Timor-Leste

Prazo de candidatura: 27 de Abril a 10 de Maio de 2016

Data preferencial de início: 16 de Maio a 8 de Julho de 2016

Contexto:

O Centro de Formação Jurídica é o serviço da Administração do Estado, que tem por objetivo proceder à formação, à investigação e realização de estudos nas áreas da justiça e do direito, tendo em vista não apenas a capacitação dos serviços do sector e do Ministério da Justiça, mas também o seu desenvolvimento a longo prazo com base nos princípios e valores constitucionais, promovendo e integrando a participação da sociedade civil, sendo responsável, designadamente, pela formação dos magistrados e defensores públicos em especial e de outros agentes do sector profissional da justiça como tradutores e intérpretes jurídicos.

Em cumprimento do Plano Estratégico do Sector da Justiça para Timor-Leste (2011-2030), pretende-se que o formador contribua, de forma decisiva, para reforçar a qualificação dos trabalhadores do sector da justiça através da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento das competências requeridas pelas instituições para desempenharem os seus mandatos, propondo melhorias nos planos e conteúdos programáticos dos cursos e prestando assessoria técnica nas atividades lectivas e práticas para os formandos tradutores timorenses. Tendo em vista as necessidades específicas ao nível de conhecimento linguístico e técnico para prática das profissões jurídicas.

I. Responsabilidades Gerais

O candidato selecionado exercerá as funções de Tradutor Formador, sob a supervisão do Diretor do Centro de Formação Jurídica, cabendo-lhe, nomeadamente, acompanhar o planeamento de intervenções formativas, bem como a organização, promoção e coordenação das mesmas em consulta com a restante equipa de Formadores e seguindo as diretrizes do Conselho Pedagógico.

O candidato selecionado elaborará relatórios de acompanhamento com a regularidade constante do posterior contrato a celebrar e sempre que se mostre conveniente.

II. Descrição das Funções como Formador

Nos termos das responsabilidades e competências constante dos diplomas legais que regulam a formação e organização do Centro de Formação Jurídica e sob a direta supervisão do Diretor do Centro de Formação Jurídica, o formador desempenhará as seguintes funções enquanto Tradutor Formador:

- a) Em articulação com os serviços relevantes do Ministério da Justiça, nomeadamente a Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação e do Centro de Formação Jurídica assegurar a conceção, desenvolvimento e consolidação dos currícula e sumários relativamente à componente teórica ou prática da formação para os tradutores nacionais na área jurídica.
- b) Ministras as aulas técnico-linguísticas contextualizadas na realidade dos tradutores timorenses, nomeadamente o português-jurídico, técnica e metodologia de tradução oral, simultânea e consecutiva.

Planificação das intervenções formativas:

- Elaborar diagnósticos de necessidades de formação, analisando e caracterizando o meio e atividades profissionais;
- Elaborar os planos de intervenção formativa, a fim de promover a integração de temas jurídicos e identificando perfis de formação, prioridades e metas;
- Elaborar o plano de avaliação, de acordo com os critérios qualitativos e quantitativos aplicáveis.

Organização e promoção de atividades de formação:

- Elaborar referenciais de formação e orientações metodológicas gerais;
- Conceber e estruturar o programa de formação, garantindo a articulação entre as referenciais estabelecidas e as várias componentes formativas, definindo e operacionalizando a estrutura curricular a nível de conteúdos programáticos, cargas horárias, metodologias e modelos e instrumentos de avaliação;
- Acompanhar a conceção e elaboração de suportes/materiais didáticos para a formação, assegurando a sua adequação aos objetivos estabelecidos.

Coordenação das atividades de formação:

- Acompanhar as atividades de formação e verificar a concretização dos objetivos, conteúdos e orientações metodológicas, concebendo e aplicando instrumentos de controlo administrativo e pedagógico;
- Participar na gestão dos meios físicos necessários à realização da formação.

Avaliação do processo e dos efeitos da formação:

- Conceber e aplicar modelos e instrumentos de avaliação da formação;
- Proceder aos ajustamentos necessários, tendo em conta os resultados da análise qualitativa do processo e efeitos da formação.

III. Competências:

Requisitos para o desenvolvimento do sistema e exercício da função:

- Experiência prática e conhecimento geral da área de tradução;
- Conhecimentos e experiência na área jurídica;
- Exercer as funções de tradutor há pelo menos 5 anos e ser proveniente de sistema jurídico civilista;
- Experiência significativa no ensino ou formação, preferencialmente em cursos para tradutores;
- Experiência em formação de tradução técnica jurídica;
- Capacidade para assistir na gestão organizacional, se solicitado;
- Capacidade para trabalhar em equipa e comunicar com colegas de cultura e contexto distintos.

IV. Outras qualificações desejáveis:

- Empenho pessoal no processo de transmissão das capacidades e conhecimentos, através de aconselhamento técnico e da formação;
- Experiência na elaboração de manuais e outros materiais de apoio relevantes ao processo de aprendizagem;
- Conhecimento geral do sistema jurídico da República Democrática de Timor-Leste;
- Capacidade de criar e manter contactos e cooperação com interlocutores externos e de trabalhar sob pressão;
- Conhecimentos informáticos relevantes, aplicados à formação e capacitação.

V. Línguas

- Perfeito domínio da Língua Portuguesa;
- Perfeito domínio da Língua Tétum;

Para efetuar a candidatura, deve enviar CV completo acompanhado de uma carta de apresentação para: ccruz@mj.gov.tl, com conhecimento para: gabinete@mj.gov.tl, até ao dia 10 de Maio de 2016.

Apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados.

Díli, 26 de Abril de 2016.

**A Diretora do Centro de Formação
Jurídica,**


(Marcelina Tilman)

O Ministro da Justiça Interino,


(Jaime Xavier Lopes, M.Eng)